



[Página inicial](#) » [Notícias](#) » Carta Eco Eco

Carta Eco Eco

Por uma Cartografia Justa do Financiamento Climático

Os povos indígenas e as comunidades locais estão na linha de frente das mudanças climáticas, mas não na linha de frente do financiamento climático.

As economias de baixo carbono surgem como alternativa concreta e urgente ao atual paradigma predatório de exploração de recursos, que acelera o desmatamento e agrava as mudanças climáticas. Nesse contexto, a sociobioeconomia representa uma via estratégica, pois articula saberes tradicionais e inovação científica para promover cadeias produtivas baseadas na biodiversidade que regeneram territórios e reduzem emissões. Para que esse potencial se consolide, é indispensável uma reformulação conjuntural profunda, assegurando direitos territoriais, investimentos públicos e instituições políticas alinhadas à transição climática. A COP30 na Amazônia pode e deve ser o marco inicial desse processo, mobilizando apoio nacional e internacional para posicionar a sociobioeconomia como eixo estruturante de uma economia inclusiva e de baixo carbono.

O Acordo de Paris, em seu artigo 2.1c, é explícito: não basta financiar ações climáticas isoladas de mitigação e adaptação; é necessário transformar o sistema financeiro global, de forma que os fluxos de capital sejam coerentes com a redução das emissões e o aumento da resiliência. O artigo 9 complementa ao afirmar a obrigação dos países desenvolvidos de prover apoio financeiro aos países em desenvolvimento, de forma consistente e previsível. A decisão 1/CP.21 estabeleceu um piso de US\$ 100 bilhões anuais até 2020 e determinou que uma nova meta fosse definida até 2025. O roadmap para a COP30 busca agora pactuar uma nova meta coletiva quantificada (NCQG) de US\$ 300 bilhões anuais, após a avaliação do balanço global (Global Stocktake – GST) dos resultados de redução de gases de efeito estufa (GEE) derivados do cumprimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) dos países signatários do Acordo de Paris.

No entanto, as discussões sobre financiamento climático continuam atravessadas por lacunas críticas:

1. Quantidade – O Sul Global reivindica US\$ 1,3 trilhão/ano para cumprir suas NDCs e para financiar adaptação às mudanças climáticas, mas até agora os compromissos assumidos sequer chegam perto dessa necessidade. A discrepância entre ambição e realidade ameaça a credibilidade do regime climático.
2. Qualidade e justiça na repartição de benefícios – O financiamento climático não pode se converter em aumento da dívida externa dos países em desenvolvimento. É imperativo que seja majoritariamente em doações a fundo perdido, reconhecendo a dívida ecológica histórica e garantindo equidade e justiça climática.
3. Integridade do destino dos recursos – Recursos climáticos devem apoiar ações efetivas de mitigação, adaptação e transição justa, evitando o financiamento de grandes obras de infraestrutura e processos industriais que mascaram a transição para uma economia de baixo carbono. O financiamento deve ser consistente, de longo prazo e priorizar doações em relação a mecanismos de mercado.
4. Equilíbrio – Há um descompasso estrutural entre mitigação, adaptação e perdas e danos. A maior parte dos recursos concentra-se em mitigação, deixando adaptação e perdas e danos subfinanciadas. Esse desequilíbrio precisa ser corrigido.
5. Capilaridade e acesso aos territórios – O maior desafio seja a dificuldade de os recursos chegarem à ponta, onde vivem os povos e comunidades mais impactados pelas mudanças climáticas e que mais contribuem positivamente para a mitigação e adaptação. O financiamento é retido em instituições intermediárias, bloqueado por alta burocracia, exigências complexas e falta de critérios que assegurem a chegada do recurso a povos indígenas e comunidades tradicionais.
6. Vulnerabilidade urbana e adaptação – A maior parte da população do Sul Global e na Amazônia vive em cidades, onde a desigualdade socioespacial torna grupos periféricos especialmente vulneráveis a enchentes, deslizamentos, ondas de calor e crises sanitárias agravadas pelas mudanças climáticas. O financiamento climático precisa priorizar também estratégias de adaptação urbana que reduzam riscos e promovam justiça climática no espaço urbano.

Diante disso, propomos que o mutirão para o Plano de Ação Climática, agenda prioritária da presidência da COP30, assegure mecanismos de monitoramento transparente e participativo sobre o destino dos recursos climáticos. É fundamental conhecer como os recursos destinados à Amazônia brasileira têm sido aplicados: qual o volume efetivamente repassado, quais instituições foram beneficiadas, que tipos de atividades foram financiadas, quais impactos foram alcançados e, sobretudo, em que medida povos indígenas e comunidades locais têm sido envolvidos

e fortalecidos. Este esforço é urgente, pois não se trata apenas de ampliar os montantes – de US\$ 300 bilhões para US\$ 1,3 trilhão/ano, mas de assegurar que sejam recursos justos, a fundo perdido, de qualidade e realmente transformadores.

É necessário enfrentar de forma clara os problemas estruturais de acesso: a concentração dos recursos em poucas entidades credenciadas, majoritariamente internacionais (91%), o excesso de intermediários, a burocracia que bloqueia organizações comunitárias e a ausência de descentralização e desconcentração dos financiamentos. Onde está o dinheiro? Ele está chegando às comunidades que mais sofrem com os efeitos da crise climática, e mais contribuem para a mitigação e adaptação? Se não enfrentarmos essa questão, a adaptação e a mitigação correm o risco de aprofundar desigualdades em vez de reduzi-las.

Vale destacar, que o acesso desigual a recursos não é novidade no Brasil e se revela de forma paradigmática no contraste entre o agronegócio e a sociobioeconomia. Enquanto cadeias de commodities como soja, cana-de-açúcar, carne bovina e milho receberam, ao longo de décadas, massivo apoio estatal em crédito, isenção fiscal, pesquisa, desenvolvimento, infraestrutura e respaldo institucional, transformando o país em uma potência agroexportadora, as iniciativas de base comunitária e de sociobiodiversidade permaneceram sistematicamente marginalizadas. O modelo vigente de financiamento climático reforça um ciclo econômico de alta emissão de GEE, em que o Estado financia o setor responsável por mais de 70% das emissões nacionais de GEE, e da perda de milhões de hectares de vegetação nativa. Mas, ao mesmo tempo, subfinancia cadeias produtivas baseadas na biodiversidade, capazes de gerar renda local, conservar florestas e reduzir emissões. Superar essa desigualdade, assim como na questão do financiamento climático, requer reformular a arquitetura de políticas públicas, de investimentos e subsídios. Para tanto se deve criar mecanismos de financiamento, assistência técnica, infraestrutura adaptada e governança participativa equivalentes aos que consolidaram o agronegócio, mas direcionados à transição ecológica e à sociobioeconomia.

A COP30, na Amazônia, não pode ser apenas mais uma conferência. Nós advogamos para que ela seja o marco de uma reforma estrutural do financiamento climático global, criando um sistema de governança climática onde as comunidades que estão na linha de frente da crise climática liderem processos globais de tomada de decisão, garantindo que o dinheiro não só cresça em volume, mas que tenha distribuição justa, seja acessível, descentralizado e democratizado. Só assim será possível construir um modelo de transição que reduza a pobreza, valorize a sociobiodiversidade e proteja os povos que historicamente têm sido guardiões da floresta e do clima.

São Paulo, 4 de setembro, 2025.

Assinam:

ANPPAS (anppas.org.br)

ECO ECO (ecoeco.org.br)

PPGCA/UFAC (www2.ufac.br/ppgca)

Instituto Juruá (institutojuru.org.br)

Instituto Fronteiras (ifronteiras.org)

Desenvolvido por [Síntese Eventos](#)